

## **Direção-Geral do Orçamento**

Publicação de uma vaga para o cargo de

Conselheiro Principal —Futuro Financiamento da Administração Pública Europeia (AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2024/10462

### **Quem somos**

A Direção-Geral do Orçamento (DG BUDG) da Comissão é o serviço horizontal da Comissão responsável por todas as questões orçamentais e por garantir que a UE disponha dos recursos necessários para concretizar as suas prioridades políticas. A DG BUDG, cujas atividades são essenciais para o processo de elaboração de políticas, interage diariamente com todos os serviços da Comissão e com a comunidade financeira em geral.

As suas principais responsabilidades incluem a negociação e a execução do quadro financeiro plurianual (QFP) e dos orçamentos anuais, a gestão do ciclo orçamental anual, a supervisão das receitas e das despesas do orçamento, a execução de todos os pagamentos, a garantia do respeito das regras financeiras e da proteção dos interesses financeiros da UE, a supervisão do sistema de controlos e a apresentação de relatórios sobre o orçamento da UE.

A DG BUDG é igualmente responsável pela gestão das operações de contração e concessão de empréstimos financiados pelos mercados de capitais. Por último, a DG BUDG ocupa uma posição de liderança no domínio da gestão financeira, sendo responsável pelo sistema informático financeiro institucional.

A DG BUDG está estruturada em torno de 7 direções e conta com cerca de 500 efetivos, em Bruxelas e no Luxemburgo.

### **O que propomos**

Propomos o cargo estimulante de conselheiro principal para o futuro financiamento da administração pública europeia.

O conselheiro principal prestará assistência e aconselhamento estratégico aos quadros superiores da DG BUDG, em especial no que diz respeito à preparação e negociação de todos os aspetos relevantes do próximo quadro financeiro plurianual, bem como às metodologias e procedimentos institucionais para a afetação de recursos na Comissão. O conselheiro principal contribuirá, em nome da DG BUDG, para a revisão em grande escala da organização e do funcionamento da Comissão.

O conselheiro principal depende diretamente do diretor-geral da DG BUDG.

### **Perfil pretendido (critérios de seleção)**

Os candidatos devem possuir:

#### **Qualidades pessoais**

- Um espírito estratégico e analítico, uma sólida capacidade de discernimento, devidamente comprovada, e uma grande aptidão conceptual e para desenvolver novas ideias.
- Excelentes competências interpessoais e em matéria de estabelecimento de redes de

contactos, ilustradas pela sua capacidade para estabelecer e manter boas relações de trabalho com um vasto leque de homólogos de alto nível, dentro e fora da Comissão.

- Excelentes capacidades de comunicação, que lhe permitam travar debates com as partes interessadas, tanto internas como externas, de uma forma eficaz e eficiente e representar a Comissão em instâncias de alto nível.

### **Competências e experiência específicas**

- Excelentes conhecimentos de economia e excelentes competências analíticas.
- Um conhecimento aprofundado do funcionamento do quadro financeiro plurianual e do financiamento da administração pública europeia.
- Um excelente conhecimento e compreensão das prioridades da Comissão, do seu processo decisório e dos seus procedimentos.
- Um excelente conhecimento e compreensão do governo das sociedades no âmbito da Comissão e dos processos conexos, em especial no que diz respeito à afetação de recursos.
- Experiência a nível da formulação, desenvolvimento e aplicação de políticas.

### **Competências em matéria de assessoria**

- Capacidade para prestar um aconselhamento especializado e emitir pareceres em benefício dos quadros superiores da Comissão.
- Capacidade para identificar estratégias e definir prioridades.
- Capacidade para pensar de forma criativa e estratégica, de modo a poder definir uma visão clara dos objetivos a alcançar e traduzir essa visão em soluções de compromisso práticas e realistas.
- Boa capacidade de avaliação política, bem como experiência comprovada a nível da análise e aplicação de políticas eficientes e eficazes, da definição de prioridades e da tomada de decisões.

### **Condições de admissão (critérios de admissibilidade)**

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo para a apresentação das candidaturas**, cumprirem os seguintes critérios formais:

- Nacionalidade: os candidatos devem ter a nacionalidade de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
  - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos seja igual ou superior a 4 anos;
  - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e uma experiência profissional relevante de, pelo menos, um ano, sempre que a duração normal desses estudos seja igual ou superior a 3 anos (esse ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).

- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura<sup>1</sup> de um nível correspondente às habilitações acima mencionadas.
- Experiência de gestão: Pelo menos 5 anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível<sup>2</sup>.
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia<sup>3</sup> e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), os júris de seleção verificarão se os candidatos têm efetivamente um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter atingido ainda a idade normal da reforma, que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários<sup>4</sup>).

## Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores<sup>5</sup>).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constituirá um júri de pré-seleção. O júri analisará todas as candidaturas, procederá a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identificará os candidatos com o perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após essas entrevistas, o júri de pré-seleção elaborará as suas conclusões e proporá uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo das Nomeações (CCN) da Comissão Europeia. Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elaborará uma lista restrita dos candidatos que considere aptos para o cargo em causa.

Os candidatos que figurem na lista restrita do CCN serão entrevistados pelo membro ou membros da Comissão competentes.

Na sequência de entrevistas, a Comissão Europeia adotará a decisão de nomeação.

<sup>1</sup> Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, que envolva uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. As licenças de maternidade, de paternidade e de adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho são tomadas em consideração. Os doutoramentos são equiparados a experiência profissional, mesmo se não forem remunerados, embora por um período máximo de 3 anos, desde que o doutoramento tenha sido devidamente concluído. Cada período de tempo só conta uma vez.

<sup>2</sup> No seu currículo, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) A designação e a natureza dos cargos exercidos; 2) O domínio exato e o nível do cargo exercido na organização (número de graus hierárquicos superiores e inferiores); 3) A estrutura hierárquica de cada cargo exercido.

<sup>3</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

<sup>4</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

<sup>5</sup> [https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission\\_en#documents](https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#documents) (apenas disponível em inglês)

O candidato selecionado deverá ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para tal.

O candidato selecionado deve possuir ou estar em condições de obter junto da respetiva autoridade nacional competente em matéria de segurança um certificado de credenciação de segurança válido. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas depois de emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

### **Igualdade de oportunidades**

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão Europeia prossegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas que possam contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico geral.

### **Condições de emprego**

A remuneração e as condições de emprego estão estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deverá observar o requisito previsto no Estatuto dos Funcionários que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é Bruxelas, Bélgica.

### **Independência e declaração de interesses**

Os candidatos deverão apresentar uma declaração em que se comprometem a agir no interesse público e com independência e declarar quaisquer interesses que possam pôr em causa a sua independência.

### **Informações importantes para os candidatos**

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas agindo em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente,

os membros do júri. Todos os pedidos de informação deverão ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

### **Proteção de dados pessoais**

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>6</sup>. Estas disposições aplicam-se, em especial, à confidencialidade e à segurança dos dados.

### **Processo de candidatura**

Antes de apresentarem a sua candidatura, os candidatos deverão verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissão («Critérios de admissibilidade»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de qualquer um desses critérios implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deverá inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos deverão ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deverá ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos deverão apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass<sup>7</sup>, e uma carta de motivação (com 8 000 carateres, no máximo). O CV e a carta de motivação dos candidatos poderão ser apresentados em qualquer das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a candidatura foi registada. **Se não os candidatos não receberem uma mensagem eletrónica de confirmação, isso significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

**As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites.** Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos deverão enviar uma mensagem eletrónica para: [HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu](mailto:HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu)

---

<sup>6</sup> Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

<sup>7</sup> Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos candidatos que não esperem pelos últimos dias para apresentar as suas candidaturas, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando-os a repetir todo o processo. Depois de terminado o prazo para a apresentação das candidaturas, deixa de ser possível inserir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

### **Data-limite**

A data-limite para o registo das candidaturas é **31 de janeiro de 2025, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.